

brasilia@jb.com.br

Eleição para suplente na pauta do Senado

A REVISÃO DA FORMA DE ESCOLHA dos suplentes de senador entrou na agenda do Senado. Está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça para a terça-feira, já com parecer do relator Demóstenes Torres. Na verdade, são sete propostas de emenda, cada uma com tese diferente. Há de tudo: colocar como suplente o segundo mais votado, fazer eleição direta do suplente, impedir que parentes fiquem com o cargo, volta da

sublegenda, proibir que assumam no recesso, convocar nova eleição caso houver vacância. Demóstenes tende a colocar como suplentes os candidatos derrotados, na ordem de votação. Entretanto, eles só assumiriam quando a vacância ocorresse a menos de doze meses do final do mandato, para completá-lo. Se o prazo for maior, haveria nova eleição. Vale lembrar que dos três senadores pelo Distrito Federal, dois são suplentes em exercício, Gim Argello e Adelmir Santana. Foi de Santana a intervenção mais sensata nos debates iniciais. Ele mostrou o absurdo de se convocar os candidatos derrotados, na ordem de votação. Na capital o suplente de Roriz seria seu adversário, Agnelo Queiroz. A seguir viria Ezequiel Neves, que teve votação



ADELMIR SANTANA

irrisória diante da polarização entre os dois. Ou seja, o eleitorado escolheria um nome e, caso o senador se afastasse ou morresse assumiria alguém que absolutamente não foi a opção da maioria. Santana acha também, embora defenda a eleição direta, que a questão precisa ser encarada em perspectiva. A forma atual de escolha dos suplentes, a inclusão em uma chapa fechada, é semelhante à do vice-presidente da República, dos vice-governadores e dos vice-prefeitos. No entanto, só a figura do suplente de senador é contestada. A obscuridade em que fica durante a campanha também se deve relativizar. Quando se trata de um ricoço que financia a campanha ou de um parente – e há muitos casos, a começar pelo filho do de Antonio Carlos Magalhães e pela mulher do ex-governador Mão Santa – o nome costuma ser escondido no período eleitoral. Já quando o candidato a suplente acrescenta votos, aparece até na publicidade do partido. A CCJ pode votar a emenda já na semana que vem, remetendo-a ao plenário, onde terá fortes chances de aprovação. Resta ver qual a alternativa que adotará.